

**OS LEGÍTIMOS REPRESENTANTES DA CLASSE:
OS JORNAIS E A ORGANIZAÇÃO DOS PROFESSORES PÚBLICOS
PRIMÁRIOS NO SÉCULO XIX**

Angélica Borges¹
Daniel Cavalcanti de Albuquerque Lemos²

Neste estudo buscamos entender como os jornais organizados por professores contribuíram para o desenvolvimento do associativismo docente no Brasil, percebendo as disputas entre os diferentes grupos presentes na imprensa do período.

A sociedade carioca se agitou a partir da década de 1870, pois a Cidade do Rio de Janeiro sofreu um crescente processo de urbanização. A Corte se movimentava com a força das idéias como o Abolicionismo e a República. As reformas administrativas e políticas e o voto dos alfabetizados eram algumas das questões que imprimiam o tom dos debates, e nesse cenário a educação ocupava um importante papel, sendo intensamente discutida. Diversos projetos estavam colocados em disputa, representando diferentes concepções relativas ao processo de construção do Estado e da nacionalidade. Os professores encontravam-se no centro dessa disputa, não somente como aplicadores de uma política pensada de fora da classe, mas como questionadores e propositores. Neste momento proliferaram reivindicações de professores, escritas de protesto onde os professores se colocam diante de uma vasta gama de assuntos, reclamam, opinam, pedem e propõem de forma organizada, reunindo-se e escrevendo.

Muitas vezes as reivindicações de professores chegavam, até a imprensa, como uma estratégia para alcançar maior visibilidade para as questões e como forma de pressão, expondo publicamente as questões. Tal prática de escrita foi facilitada por uma maior circulação de jornais, inclusive alguns jornais pedagógicos, que estimulavam a troca de idéias na medida em que faziam circular projetos e perspectivas diferentes acerca dos problemas da área. Nessa linha, o estudo do campo profissional demonstra a presença de diferenças e disputas pelas representações dos docentes, visto que diversos grupos de professores, com organizações e veículos de comunicação próprios, buscavam se afirmar como “legítimos representantes da classe”. Cabe informar que a participação dos docentes na imprensa não se limitou à imprensa pedagógica, já que os

¹ NEPHE/UERJ

² UFMG / GEPHE/ Bolsista Capes

professores utilizavam a grande imprensa para expor suas idéias, propostas, debater posições e divulgar manifestos. Nóvoa (1992) destaca a importância da imprensa como fonte para a história de educação:

A imprensa é, provavelmente, o local que facilita um melhor conhecimento das realidades educativas, uma vez que aqui se manifestam, de um ou outro modo, o conjunto de problemas desta área. É difícil imaginar um meio mais útil para compreender as relações entre teoria e prática, entre os projectos e as realidades, entre a tradição e a inovação. São características próprias da imprensa (a proximidade em relação ao acontecimento, o carácter fugaz e polémico, à vontade de intervir na realidade) que lhe conferem este estatuto único e insubstituível como fonte para o estudo histórico e sociológico para a história da educação e da pedagogia (p.31).

No entanto, é necessário atentar para a relação estabelecida entre essas fontes e o historiador, pois este deve, a todo momento, dialogar com elas e não tomá-las como um “retrato fiel” do ocorrido, porque, embora pretendam retratar a sociedade, o fazem de um lugar determinado, de certa linha ideológica e de comprometimentos variados. Nesse entendimento, é preciso refletir acerca das condições de aparecimento, usos e efeitos da elaboração dos jornais articulados e / ou dirigidos, por professores no Brasil Imperial.

Juntamente com os jornais, os professores imperiais utilizaram outras formas de ampliar os debates; dentre elas, os abaixo-assinados e os manifestos cumpriram um papel importante no movimento de organização e disputa vivido pelos professores da Corte naquele momento.

A imprensa e os professores: debates e visibilidades de questões da classe

Com as agitações da década de 1870, e contando com a liberdade de que gozava, a imprensa experimentou um grande crescimento neste período. O fim da Guerra do Paraguai e o acirramento de questões como a abolição, o republicanismo, a questão religiosa e as reformas, possibilitaram um amplo leque de debates que a mobilizaram e possibilitaram a organização de novos jornais partidários. Essa ampliação da imprensa também foi apoiada pelos avanços da técnica de produção de jornais, como, por exemplo, a introdução de gravuras, o que possibilitou o surgimento de publicações ilustradas, algumas utilizando caricaturas que alcançaram grande sucesso. Na Corte, a *Revista Ilustrada*, com publicações entre os anos de 1876 a 1898, obteve a tiragem de quatro mil exemplares, um marco expressivo para o período. Neste veículo, entre as

caricaturas; apareciam retratados hábitos da sociedade, políticos, figuras de destaque, e até mesmo o Imperador Pedro II.

Circulavam na Corte diversos periódicos, alguns conhecidos como grandes jornais, como o *Jornal do Commercio*, a *Gazeta de Noticias*, a *Gazeta da Tarde*, o *Diário do Rio de Janeiro*, e algumas publicações voltadas para um público específico, como no caso dos periódicos destinados às mulheres, como o *Jornal das Senhoras*, o *Jornal das Famílias*, o *Correio das Damas*, o *Jornal das Moças Solteiras*, que divulgavam receitas, figurinos, conselhos de beleza, pequenas histórias de amor, e junto a tudo isso tentavam ditar o comportamento moral correto e aceito pela sociedade. Na década de 1870, ao lado dos chamados “grandes jornais”, de orientações políticas diversas, e dos mencionados jornais femininos, havia também os jornais vinculados à defesa da Monarquia e aos partidos conservadores, como *O Constitucional*, bem como os ligados ao partido liberal e ao nascente partido republicano, como *A República*, cuja tiragem alcançou em 1871 a marca de dez mil exemplares, inédita para a época. As publicações de orientação republicana, cabe informar, eram tão diversas quanto os grupos republicanos e o modelo de república que almejavam construir. Para citar algumas dessas publicações, temos *O Paíz*, a *Revista Federal*, *O Grito do Povo*. É possível afirmar que este período foi também o momento do nascimento da imprensa abolicionista, pois os ideais abolicionistas estavam presentes em grandes jornais como a *Gazeta da Tarde* e *A Cidade do Rio*, ambos de José do Patrocínio³. Havia também um veículo exclusivo de combate à escravidão: *O Abolicionista*, criado pela Sociedade Brasileira contra a Escravidão em 1880, juntamente com outras publicações menores, como o *Carbonario* e o *Combate*. Estes jornais representavam a diversidade de concepções e estratégias acerca do abolicionismo, que iam dos grupos abolicionistas moderados, que defendiam a monarquia, aos radicais que pregavam o fim do Império.

Mas a ligação da imprensa com o movimento associativista vai além dos jornais organizados por associações e sociedades. Segundo informa Linhares (1977), no dia de Natal do ano de 1853 foi fundada a *Associação dos Tipógrafica Fluminense*, em 1856 ganha o título de “Imperial” passando a ter o imperador como seu augusto protetor. Essa Associação que, segundo seus estatutos, tinha o perfil de auxílio mútuo, seria a

³ José do Patrocínio participou de jornais como: *Gazeta de Notícias* e *Gazeta da Tarde*. *Abolicionista*, foi fundador da Confederação Abolicionista (BLAKE, 1889).

promotora da primeira greve no Brasil, que teria ocorrido em 1858, mesmo ano em que esta entidade lança seu periódico, *O Jornal dos Tipógrafos*.

Os professores públicos do magistério primário também estiveram presentes na imprensa. Muitos dos debates ocorridos no interior do magistério ganhavam as páginas dos grandes jornais, como o *Jornal do Commercio* e *O Diário do Rio de Janeiro*, mas, assim como os sujeitos ligados às questões religiosas, abolicionistas e movimentos políticos e partidários, os professores também possuíam veículos próprios de divulgação de suas idéias: os chamados jornais pedagógicos, como *A Instrução Pública*, *A Verdadeira Instrução Publica*, *A Escola*, *O Ensino Primário*, *A Gazeta da Instrução Publica*, *A Revolução Social*. Estes periódicos foram instrumentos significativos para a organização dos professores e para o movimento associativista docente. Neles os professores debatiam acerca dos métodos de ensino, da formação dos professores, dos melhores livros a serem adotados nas escolas, da pertinência ou não de determinado material, práticas pedagógicas, entre outros assuntos, firmando opiniões, afirmando tendências e constituindo campos de aproximações e de disputas. Dessa forma, o que se colocava em debate eram diferentes projetos, pelos quais, cada um à sua maneira, buscava-se definir o magistério como categoria profissional em construção, sua imagem e atribuições, almejando a consolidação entre seus pares como os “legítimos representantes da classe”.

Dentre os jornais docentes pesquisados, *A Gazeta da Instrução Publica* é o mais antigo, tendo seu primeiro número circulado em primeiro de novembro de 1851. Com publicação quinzenal, e tendo como redator F. Otaviano d’Almeida Roza⁴, ao que parece não foi organizado por professores, mas se dedicava à instrução pública, apresentando-se como:

Uma folha, de proporções modestas, de preço razoável, alheia a parcialidades políticas, escrita em linguagem chã e clara, publicando artigos úteis, doutrinando os professores e ao povo (...) será uma inovação feliz na nossa imprensa e merecerá dos homens honestos e de boa fé acolhimento e apoio. (*Gazeta da Instrução Publica*, Nº 1, 1851)

Já no segundo número, ao que informa o jornal, o pedido de acolhimento e apoio foi respondido. Na primeira página da edição que circulou no dia 8 de novembro de

⁴ Francisco Octaviano de Almeida Roza ocupou o cargo de membro nomeado do Conselho Diretor da Instrução Pública na Corte no período de 1855 a 1857. Segundo a página oficial do Senado Federal, Francisco Otaviano nasceu em 1825, formado pela Faculdade de São Paulo ocupou os seguintes cargos públicos: Secretário da Província do Rio de Janeiro; Conselheiro do Imperador; Membro da Comissão de Estatística do Imperador; Plenipotenciário Negociador do Tratado da Tríplice Aliança; Membro da Comissão de Estatística do Imperador; Diretor da 'gazeta Oficial' do Império (BORGES, 2008).

1851, em um espaço denominado “oficial”, o vereador João Pereira Darriquer Faro,⁵ então vice-presidente da Província do Rio de Janeiro, elogia em nota oficial a iniciativa do jornal para professores, informando que tal iniciativa era de interesse do próprio governo da Província, e que, diante disso, “compromete-se a fazer a assinatura de 200 exemplares para professores, conselhos municipais e inspetoria geral das escolas”. Uma assinatura desse montante indica uma aproximação grande da linha do jornal com a política da Província do Rio de Janeiro.

Diferente da *Gazeta da Instrução*, *A Revolução Social* traz uma particularidade em relação aos outros jornais docentes: não se diz alheio às diversidades políticas, ao contrário, afirma ser “Um periódico político dedicado particularmente a pugnar pelos interesses da instrução publica” (*A Revolução Social*, Nº 1, 1876). Fazia diversas críticas ao Imperador, às suas viagens, que o afastavam da Corte e do País, defendia a abolição, criticava a reforma do ensino que transitava naquele ano no parlamento, e declarava sua descrença nos políticos tanto da situação quanto da oposição.

A imprensa, portanto, foi utilizada pelos docentes como instrumento de legitimação e afirmação de uma identidade docente. Nesse processo, os jornais pedagógicos conferiram uma dimensão pública às informações e debates que veiculavam, e, por seu intermédio, é possível perceber a diversificação e a complexificação do campo docente e das questões educacionais no Império.

Legítimo representante da classe: disputas na imprensa docente nos jornais

A Instrução Publica e A Verdadeira Instrucção Publica

Na década de 1870, como já mencionado, com o avanço dos debates e a agitação social, houve uma proliferação de jornais e outros materiais impressos. Nesta direção, diferentes grupos de professores constituíram suas publicações em diversas regiões brasileiras. Em São Paulo, segundo os estudos de Catani (2003), uma das primeiras revistas pedagógicas mantidas por professores com periodicidade regular, intitulada *A Escola*, surgiu apenas em 1893. Na Corte, dois periódicos polarizaram os debates envolvendo os professores públicos primários: os já citados *A Instrução Publica* e *A Verdadeira Instrucção Publica*. A fim de compreender as singularidades das práticas

⁵ Trabalhou como comerciante e ocupou cargos de destaque como a vice-presidência do Banco do Brasil, foi por quatro vezes vice-presidente da Província do Rio de Janeiro, tendo sido agraciado com o título de Visconde do Rio Bonito.

geradas por essas revistas, procuro entendê-las nas relações que as constituíram e nos debates em que se envolveram.

A Instrução Publica teve seu primeiro número lançado em 13 de abril de 1872, sendo dirigido por José Carlos de Alambary Luz, diretor da Escola Normal da província fluminense⁶. Era um jornal quinzenal que contava com a participação de vários “colaboradores ilustres”, como os conselheiros Autran Liberato Barroso, Magalhães Taques, educadores renomados como o Doutor Abílio César Borges⁷, os professores Antônio Severino da Costa, Augusto Candido Xavier Cony⁸, Francisco Alves da Silva Castilho⁹ e Carlos Brazil¹⁰, entre outros. O jornal contava com seções variadas, que informavam acerca de questões metodológicas, atos e legislações de ensino, poesias, questões gramaticais, matemáticas, charadas, assim como assuntos de interesse geral e noticiários. Segundo Villela (2001), foi a partir de um desses editoriais que teve início uma grande polêmica envolvendo os professores, que resultou na criação de um outro jornal “Que já pelo seu nome, *A Verdadeira Instrução Publica*, não escondia seu caráter de oposição” (p. 102). Em seu primeiro número, na primeira página, o jornal traz uma apresentação sobre seus interesses e objetivos, registrando a agitação da sociedade:

No movimento geral das idéias, quotidianamente agitadas pelo jornalismo brasileiro, uma sobresahe que attingio, há muito, por sua elevada importancia e incontestável urgência, as proporções de aspiração nacional. (*A Instrução Publica*, N° 1, ano I, 1872)

A idéia que sobressai nessa apresentação, de elevada importância e urgência, é a mesma que serviu de inspiração para o título do jornal: “A instrução publica se tem tornado a primeira necessidade dos povos, porque é delles o pharol e alimentação espiritual” (*idem*).

A importância política da instrução é destacada ao longo de toda a primeira página que, sublinha ainda outra questão, o valor da instrução para a formação da

⁶ Para saber mais acerca deste autor, consultar: Villela (2002).

⁷ Também conhecido como o Barão de Macaúbas, o Dr. Abílio foi membro do Conselho Diretor de Instrução Pública da Corte entre 1872 e 1877.

⁸ Encontrei a participação do professor Cony, em outras associações docentes. Em 1878 ele participou de um outro jornal pedagógico *A Escola*, juntamente com o professor Frazão. Porém, em 1872, Cony e Frazão se encontravam em campos opostos. Segundo Blake (1889), Cony foi professor da instrução primária da primeira cadeira da Freguezia de Sant’Anna, sendo autor de livros adotados pelo Governo Imperial para uso nas escolas.

⁹ Francisco Alves da Silva Castilho, de acordo Blake (1889), foi nomeado professor público da instrução primária na freguesia de Campo Grande, em cujo magistério jubilou-se, tornando-se delegado da instrução pública na mesma freguesia. Foi autor de vários compêndios.

¹⁰ Segundo Blake (1889), Carlos Augusto Soares Brazil foi professor da 2ª cadeira da instrução primária da Freguezia do Espírito Santo, na qual permaneceu até o começo de 1880. Foi autor de diversos livros adotados nas escolas da corte.

população e do País: “(...) os poderes constituintes como as forças constituídas devem estar premunidas de suficiente luz para allumiar o caminho do presente e descortinar os escolhos do futuro” (*idem*).

Para um grande império era importante um povo instruído, que não se deixasse levar pelas paixões políticas, um povo que somente instruído seria capaz, no entender do jornal, de escolher bem quem o governe. Caso contrário, das urnas poderiam sair governos despóticos.

Um povo sem instrução chamado para nomear os seus mandatários ou escolhe a quem lisonjee as suas paixões grosseiras, ou curva-se as argúcias despóticas de seus pretensos mentores

As Urnas populares nas mãos da ignorância transformam-se em verdadeiras bocetas de Pandora, quando deviam ser os sagrados instrumentos da felicidade nacional (*idem*).

O jornal *A Instrução Pública* envolveu-se intensamente nos debates com outro jornal organizado por professores, criado dois meses depois de seu concorrente direto. Tratava-se do jornal *A Verdadeira Instrução Pública*, cujos editoriais exibem a intensidade dos debates, sendo expressivo seu tom provocador e combativo. Teve seu primeiro número lançado em 15 de junho de 1872, sendo dirigido pelo professor público Manoel José Pereira Frazão¹¹, que reconhecidamente empreendeu esforços para se apresentar como uma liderança entre parcela do professorado, tentando se afirmar como o representante da classe, tendo sido autor de manifestos e inúmeros artigos, alguns protegidos sob o pseudônimo de “Professor da Roça”, pelos quais denunciava inúmeros problemas da instrução da Corte, particularmente as péssimas condições de trabalho e a baixa remuneração. Porém, longe de ser uma unanimidade, foi criticado por professores na imprensa, em reuniões e nas Conferências Pedagógicas por sua atuação.

Ligado ao Partido Conservador, foi acusado por professores de “colocar palavras não ditas nos relatórios”. Esta denúncia feita ao Inspetor Geral sugere a hipótese de que, em determinado período, Frazão pode ter sido o autor dos relatórios da Inspeção Geral, ou ter auxiliado na redação dos mesmos. Este professor tinha bom trânsito nos altos escalões do poder e do Partido Conservador, sendo próximo do “Saquarema” Euzébio de Queiroz. Também marcou presença na área dos livros escolares, tendo sido autor de um requisitado compêndio de Aritmética adotado nas

¹¹ Lecionou em escolas públicas de meninos da Freguesia de Sacramento, em 1863, e na escola publica da Glória, de 1865 a 1873. Assumindo a cadeira da Lagoa, obteve o reconhecimento do Governo por possuir a escola mais disciplinada da cidade.

escolas públicas¹² pelo Governo Imperial, entre outras obras como “*Noções de Geografia do Brazil para uso da mocidade brasileira*” e uma “*Grammatica Portugueza*”.¹³

Nas páginas de *A Verdadeira Instrução Publica*, ao lado dos debates sobre métodos de ensino, livros e questões pedagógicas é comum encontrarmos relatos de reuniões de professores e suas conclusões acerca dos diversos temas. O jornal teve uma existência curta,¹⁴ sendo que nos seis meses de publicação estabeleceu intensas disputas com o jornal *A Instrução Publica*. Frazão reivindicava e produzia a idéia de que seu jornal era o *legítimo órgão dos professores públicos da Corte*. Os dois jornais disputavam o direito a essa representação e, mais do que isso, disputavam a construção da imagem do professorado, produzindo discursos, construindo visões e representações do *ser professor*, dos papéis e condutas que estavam sendo delineados. Por meio desses jornais, escritos e dirigidos por membros do magistério, os diferentes grupos lutavam por seus interesses e projetos de sociedade.

No primeiro número de *A Verdadeira Instrução Publica* consta, na primeira página, um artigo intitulado “o que somos”, espaço em que o grupo de professores apresenta o jornal e seus princípios. No primeiro parágrafo, os professores (na escrita do professor Frazão) justificam o nome do seu periódico:

Quando Victor Hugo publicou o seu *Miseráveis*, em que diluiu em muitos volumes um pensamento que, mais resumido, teria causado grande impressão no mundo Apareceu um homem sensato que, sob o pseudônimo de Eugenio de Mirecourt, publicou os *Verdadeiros Miseráveis*, provando até a evidencia que a cegueira que o demagogo atacava a sociedade franceza, o tinha impellido até o absurdo; o escritor percebeu que dentre os verdadeiros miseráveis, o mais miserável era sem duvida o autor dos miseráveis. (*A Verdadeira Instrução Publica*, N° 1, ano I).

Esse artigo demonstra mais que o gosto literário do professor Frazão. Ele busca, com esse exemplo, fazer uma aproximação com a situação por ele vivida. Se Victor Hugo escreveu *Os Miseráveis* e Eugenio de Mirecourt, em seguida, escreveu *Os Verdadeiros Miseráveis*, para acusar o autor do primeiro livro de ser o maior dentre os

¹² A “Postillas de Arithmética” do professor Frazão foi adotada nas escolas públicas em 1871 (AGCRJ - Códice 11.3.34). Para saber mais sobre a circulação e adoção de livros nas escolas da Corte, cf. Lemos e Teixeira (2004).

¹³ Sobre os livros escolares nas escolas da Corte Cf. Teixeira (2008).

¹⁴ Não conseguimos reunir informações sobre o que motivou o fechamento do primeiro jornal dirigido por Frazão, mas a maioria dos jornais de associações não tinha uma vida longa, devido às instabilidades dessas associações.

miseráveis, assim também buscava agir Frazão, criando *A Verdadeira Instrução Publica* para se opor a *Instrução Publica* e provar quem representava a verdadeira instrução pública. Segundo Frazão, *A Instrução Publica* atacava os professores públicos, semeando a discórdia entre os professores, “(...) intriga vil suscitada calculadamente no seio desta desditosa classe para operar a sua desunião”. Ao mesmo tempo, procura afirmar o que seria o verdadeiro projeto de instrução pública: “Responsáveis e signatários do manifesto de 30 de julho, contra a qual se ergue assim *A Instrução Publica*”.

O professor Frazão também se orgulhava da independência de seu jornal, que, segundo ele, diferentemente do jornal de seu opositor, não havia pedido licença e nem dependia financeiramente das “benesses” do Imperador Pedro II para existir. Uma das principais polêmicas criadas entre os jornais foi causada por um editorial de José Carlos de Alambary Luz que criticava os professores primários, acusando-os de despreparados. Essa crítica também figurava no relatório do novo Ministro dos Negócios do Império, João Alfredo Correia de Oliveira, como também já estava presente nos relatórios de seu antecessor. No ano anterior, o Ministro afirmara que os mestres não possuíam “*conhecimentos teóricos e práticos necessários*”¹⁵. O ataque aos professores e à sua capacidade era (é) usado para mascarar toda uma série de falhas estruturais na educação e no funcionamento do Estado. Respondendo a esses ataques do Ministro dos Negócios do Império, alguns professores primários reuniram-se na Corte e redigiram um Manifesto ao Imperador e ao Ministro João Alfredo. O relator desse manifesto era ninguém menos que o professor Frazão.

Neste manifesto, os professores reclamavam da situação de penúria a que estavam submetidos, comparando seu estado com o dos escravos, e levando à dedução de que o governo seria o “grande feitor”. Tal manifesto fez, segundo seus autores, com que o Ministro reconhecesse a injustiça de seus relatórios. Frazão continuou na defesa de suas posições, que, segundo ele, seria a dos professores primários, respondendo, pelo jornal que dirigia, as críticas feitas por Alambary Luz, clamando pela defesa da dignidade da classe e por melhor remuneração.

Em 1877 Frazão dirigiu outro periódico pedagógico, *A Escola*, que fazia críticas à política liberal. Esta nova publicação, uma revista quinzenal editada entre 1877 e 1878, contava com a participação de mais dois professores; Joaquim José de Amorim

¹⁵ BN- Relatório do Ministro dos Negócios do Império, 1870.

Carvalho¹⁶ e Augusto Candido Xavier Cony, sendo interessante ressaltar que este último participara do jornal *A Instrução Pública*. Para sua publicação, *A Escola* contou inicialmente com o apoio do deputado fluminense e membro do Partido Conservador Luiz Joaquim Duque-Estrada Teixeira¹⁷, arranhando, assim, a retórica do professor Frazão no que se refere ao orgulho pela independência do seu antigo jornal, já que, neste novo momento, aceitava e admitia publicamente as “benesses” de um deputado conservador, que se utilizava dos serviços de capoeiras contra seus opositores.

Conferências Pedagógicas: tensões e debates entre professores e governo

*As conferências têm por fim manter a emulação e a vida na corporação dos professores públicos de instrução primaria, promovendo entre elles a troca de observações pedagógicas; colhidas na pratica diária de suas funções, no estudo dos methodos, dos programas, da disciplina escolar, da introdução de livros e objetos próprios para o ensino.*¹⁸

As conferências pedagógicas caracterizaram-se como um espaço que proporcionou troca e/ou imposição e inspeção de idéias, cujas discussões também apareceram nos jornais do período, registrando tensões e debates entre professores e governo.

Em 1872, em meio a movimentação existente no período, pretendendo conhecer e controlar o movimento do magistério, o governo organizou as instruções especiais para regular a execução das Conferências Pedagógicas:

Os professores devidamente integrados, classificados e conhecidos, através da exposição de suas idéias e trabalhos, deveriam se tornar aliados do governo na ‘difusão das luzes’ ao povo. Com isso, o governo buscava cooptar e administrar as discussões dos mestres, induzindo as temáticas para evitar as graves questões políticas e sociais,

¹⁶ Segundo Blake (1889), Joaquim José de Amorim Carvalho formou-se em Medicina e trabalhou em Minas Gerais entre os anos de 1872 e 1874. Na volta para o Rio de Janeiro, dedicou-se ao magistério particular em diversos colégios, fundando em 1883 um colégio, e antes deste uma escola noturna da Associação promotora da instrução. Foi autor de diversos livros.

¹⁷ De acordo com Blake (1889), Luiz Joaquim Duque-Estrada Teixeira formou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo, voltando para a Corte em 1859, sendo sempre advogado. Filiou-se em 1863 ao Partido Conservador, “sendo um dos mais firmes baluartes deste partido, que também o distinguiu, elegendo-se Juiz de Paz de sua Freguezia, a da Gloria, desde 1864 a 1878”. Como já mencionado, foi mais de uma vez deputado provincial, e deputado geral em quatro legislaturas desde 1868. Colaborou também na *Revista do Atheneu Paulistano*, na *Revista de Educação e Ensino*, e em várias folhas políticas.

¹⁸ Regulamento de 1884 - Coleção de Leis, Decretos, Actos e Decisões do Governo do Brasil – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

como por exemplo, o republicanismo e a abolição (Martinez, 1998, p.30).

As Conferências se apresentaram, assim, como uma estratégia do Estado Imperial para assegurar a homogeneização da classe docente, tendo em vista a busca de um modelo ideal de professor. O evento deveria acontecer duas vezes anualmente, nas “férias” de páscoa e nas do mês de dezembro, com a duração de três dias consecutivos. A primeira convocação após a organização do regulamento de 1872 foi feita pelo governo imperial para os dias 28, 29 e 30 de dezembro do dito ano. Entretanto, somente veio a ocorrer nos dias 18, 21 e 25 de janeiro de 1873. A partir de então, foram realizadas, com frequência irregular, até o final da década de 1880¹⁹. Algumas reuniões contaram, inclusive, com a presença do imperador D. Pedro II.

Pensados em um momento de tensões e embates, os artigos do regulamento de 1872 apresentam uma série de mecanismos de controle sobre a organização e o funcionamento das reuniões. Dentro desta perspectiva, destaca-se a obrigatoriedade da participação dos professores públicos das escolas primárias do município da Corte sob pena de perder gratificações. Em 1884, a obrigatoriedade também foi estendida aos professores e substitutos da Escola Normal da Corte.

Durante o período em que ocorreram, as conferências foram reguladas por dois conjuntos de normas: as instruções de 1872, organizadas pelo Inspetor Geral José Bento da Cunha Figueiredo, e as de 1884, pelo Inspetor Geral Souza Bandeira. Os dois regulamentos estabeleciam normas e definiam, entre outros aspectos, o objetivo do evento; os participantes; a estrutura; o modo como deveria ocorrer a organização do programa de assuntos; as regras de disciplina; a forma de controle das discussões; as recompensas e punições.

Um representante do governo encarnava o papel mais alto na hierarquia dos personagens que compunham o cenário das conferências: a presidência das reuniões caberia ao Inspetor Geral da Instrução Pública. A disciplina e a hierarquia também se faziam presentes na preocupação que o regulamento de 1872 teve de determinar os lugares onde os participantes deveriam se acomodar: o secretário ficaria ao lado direito do inspetor, tendo do seu outro lado o secretário da repartição da instrução pública; os membros do Conselho Diretor teriam seu lugar no estrado da mesa do presidente; “os

¹⁹ No material pesquisado no AGCRJ há referências da primeira conferência até a 11ª conferência, prevista para o ano de 1889. O Imperial Colégio Pedro II, os salões da repartição da Inspetoria Geral de Instrução Pública e Secundária da Corte (Rua dos Ourives), e o salão do Museu Nacional Escolar no edifício da Typographia Nacional, foram os lugares nos quais se realizou o evento e que obtiveram destaque nos materiais encontrados (Série Instrução pública, Códices 15.3.8 a 15.3.13).

professores públicos e particulares convidados tomarão prosmicualmente assento em cadeiras colocadas em frente da mesa do presidente, e os delegados e espectadores ficarão nos lugares que lhes forem destinados”.

Os regulamentos e esta preocupação com a determinação de lugares, segundo a posição que cada um representa naquele meio, podem ser pensados a partir da idéia da *arte das distribuições* trabalhada por Foucault (1987), a fim de evitar distribuições por grupo, desaparecimento descontrolado, circulação difusa, ou seja, tática de antideserção, antivadiagem, antiaglomeração, e a definição de cada um pelo lugar que ocupa na série e pela distância que o separa dos outros.

Segundo as normas estabelecidas, as discussões, igualmente, se dariam de forma restrita e controlada. As normas apresentadas em 1872 definiam um intenso controle disciplinar ao exigir que os professores guardassem “*cortesia e urbanidade*”, evitassem expressões e gestos que pudessem ofender, desvio da discussão para outro assunto e ao determinar a presença do inspetor geral com papel de convocar, presidir a reunião, bem como manter a ordem, “podendo não só fazer sahir da sala os que não se portarem convenientemente, mas suspender os trabalhos, quando não possa conter os indivíduos que de qualquer modo os perturbarem”. O regulamento de 1884 também registrou que “discussões estranhas aos fins indicados” deveriam ser rigorosamente proibidas.

As normas de 1872 previam punições, mas também recompensas. Após o Diretor apreciar os trabalhos escritos apresentados pelos professores, os que se distinguissem receberiam menção honrosa na ata e teriam seus nomes encaminhados ao Ministério do Império. Em 1884 estabeleceu-se que também deveriam receber gratificações pecuniárias.

Pretendeu-se, desta forma, por meio das conferências conhecer as práticas e idéias do corpo docente, controlar discussões e pensamentos dentro do considerado “necessário e profícuo” e utilizar este corpo docente para a difusão de códigos e doutrinas norteadoras de práticas desejadas.

Os regulamentos representam um modo pensado de organização de um evento, de acordo com os objetivos pretendidos pelo governo e com o modelo de professor almejado. No entanto, as normas não significam uma prática instituída. O periódico *A escola*, em 1877, assinala, por exemplo, que: “Os nossos professores tem visto que não se cumpre o regulamento das conferencias (sorte de todos os nossos regulamentos), que seu trabalho e tempo são perdidos, que nada se aproveita de seus labores”.

Um registro feito por outro periódico, *O Ensino Primário*, acerca das Conferências Pedagógicas nos ajuda a levantar algumas reflexões:

Nesta emergência o professorado primário entendeu não tomar parte na 8ª Conferência, e o fez com toda galhardia, reservando-se para mais tarde provar que inconsciente e precipitado era o juízo do crítico (...) Manteve-se a classe respeitosa, como era seu dever, e seu silêncio valia mais do que bem elaborados discursos. (*O Ensino Primário*, maio/1884).

Este é um episódio de protesto, planejado com antecedência, o que evidencia um certo grau de organização e articulação da classe docente, que teve uma significativa repercussão, e, segundo a narração do periódico, ocorreu por motivos que tiveram origem na sétima conferência, realizada em dezembro de 1883, na qual nove professores entregaram seus trabalhos

(...) com a paz de sua consciência e com os elogios de seu chefe, os quaes foram eliminados na impressão dos trabalhos daquela conferencia, como se pode ver no impresso que por ahi corre. Antes, porem, da publicidade de taes trabalhos que exigiam escolhas, appareceu na revista de que S. EX. é redator principal²⁰, o Sr. Balduino Coelho, secretário da Liga, elevado a categoria de crítico pedagógico, não poupando phrases amargas para passar diploma de incapacidade profissional a classe inteira dos professores primários.

Segundo o artigo, os professores haviam entendido que os trabalhos a serem selecionados pelo Conselho Diretor para congratulação haviam passado pelas mãos do secretário da Liga antes de serem divulgados e acusaram que “se o inspetor geral não fosse collaborador do senhor da Liga de Ensino defenderia seus subordinados”. Diante destas questões, indignados com a postura do inspetor geral e com as declarações do secretário da Liga, os professores resolveram não tomar parte da oitava conferência, tendo em vista que somente a presença era obrigatória e não a exposição de idéias.

Neste período, o discurso do governo imperial e de setores da sociedade era de que muitos dos problemas relativos à instrução pública seriam resolvidos ou amenizados por meio do aperfeiçoamento dos professores nestas conferências, tendo em vista os resultados obtidos nos países ditos civilizados. Contudo, existia uma problemática em torno da participação docente, que pode ser observada pela irregular assiduidade dos mesmos, pela freqüente utilização de instrumentos como abaixo-assinados, cartas de justificativas, publicação de artigos em periódicos, encaminhamento de sugestão de temas, discussões no evento e protestos. A análise deste conjunto de

²⁰ Revista da Liga de Ensino, cujo redator principal era Ruy Barbosa.

elementos permite configurar um dinâmico quadro de reação dos professores públicos a um dispositivo de modelação estabelecido por lei e sobre o qual demonstraram o intuito de intervir.

Um exemplo de abaixo-assinado que pode ilustrar a questão foi o encaminhado por dez professores, em 13 de novembro de 1872, ao Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo, reivindicando o encerramento dos trabalhos escolares para que dispusessem de tempo para estudar os pontos do programa: “É intuitivo, Ex. Senhor, que exigir trabalho de quem não dispõe de tempo é querer os fins sem dar os meios”.²¹ Outrossim, cartas individuais de justificativas de ausência apontaram problemas relacionados ao difícil acesso ao local das reuniões.²²

A imprensa pedagógica foi um instrumento no qual as conferências tiveram significativo destaque, seja na forma de noticiário, publicação de trechos das discussões ocorridas, de artigos escritos por professores ou narração de episódios relacionados ao evento. Nestes periódicos foi possível observar a divulgação de reuniões em que os professores, antes do evento, faziam discussões prévias, demonstrando a existência de alguma forma de organização. No extrato publicado em *A Instrução Pública* de 6/04/1873, por exemplo, foi apontado que o professor Manoel José Pereira Frazão, apresentou um trabalho “feito coletivamente” com outros colegas e cuja explanação inicia com diversas considerações “sobre o modo porque se deveriam fazer as conferências pedagógicas”.

Críticas à forma de funcionamento das conferências, também foram feitas pelo professor Costa e Cunha, no mesmo periódico. Aproveitando-se das circunstâncias criadas com a divulgação de novo programa pela Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte (IGIPSC), o professor publicou artigo, em novembro de 1873, criticando o funcionamento, a insuficiência de três dias para as discussões e o tempo que os professores dispunham para se preparar e discorrer sobre os pontos do programa, incluindo também o regulamento de 1872:

(...) mas esse regulamento colleccionado em poucos dias e com presteza, pelo louvável empenho de S. EX. em fazer effectivas as conferências pedagógicas logo no primeiro anno de sua administração não pode deixar de ser provisória, ou antes mera base que se irá modificando no sentido que a practica aconselhar, por meio das alterações, supressões ou addittamento de que carece.

²¹ AGCRJ: Série Instrução Pública, código 15.3.8, p.28.

²² AGCRJ: Série Instrução Pública, Códices 15.3.8 a 15.3. 13.

Outras reclamações se referem à escolha dos pontos do programa a ser discutido. Os professores costumavam sugerir temas, mas os programas oficiais abordavam outros assuntos ou então não incorporavam as sugestões na forma como eram apresentadas. Em 1877, desenrolou-se uma discussão no periódico *A Escola* devido aos pontos do programa da quinta conferência. Este periódico, tendo como secretário da redação o professor Costa e Cunha, narra que os pontos “tendo sido escolhidos por quem não entende da matéria, não apresentam maior interesse pedagógico, com detrimento de outros assuntos mais importantes”. No final do ano de 1877, o periódico informa que o inspetor Barão Homem de Mello adiou a realização das conferências, convidando os professores a participarem da elaboração de novos pontos.

Depois de um considerável intervalo de tempo, em 3/08/1878, - contando com novos redatores, os professores Joaquim José de Amorim Carvalho e Manuel José Pereira Frazão – o periódico destaca que: “transferidas de dezembro do anno pretérito para o mez de junho próximo findo, as Conferências Pedagógicas são agora de novo annunciadas para dezembro futuro”, e que “incontestavelmente peiores do que os do anno passado são os pontos do moderno programa, os quaes peccam pelo fundo e pela forma”. Nota-se, por meio disso, o interesse dos professores pela realização das conferências, criticando a irregularidade das reuniões e desejando pensar e intervir na forma de organização e de funcionamento deste espaço de formação.

Sendo as conferências um espaço privilegiado para conhecer e examinar as práticas adotadas pelo professores, as discussões e apresentações de trabalhos durante o evento não eram menos polêmicas, visto, também, que estavam submetidas às intervenções do presidente, representado pelo Inspetor Geral. Um exemplo ocorreu durante segunda conferência, em 1874, na qual alguns professores admitiram ter a prática de aplicar castigos corporais. O episódio, registrado pelo periódico *A Instrução publica* (12/04/1874), parece ter causado tanto espanto que a reação do presidente foi declarar a suspensão do evento.

No debate de castigos corporaes alguns professores perderam a serenidade de que no exercício de suas funções deve sempre estar revestido o pedagogo, e declararam que não obstante a proibição legal haviam empregado a palmatória como meio disciplinar em casos raríssimos e mui penosamente! A tão inesperada confissão o inspetor geral interino (...) obrigado pelo cumprimento do dever, admoestou incontinentemente aos ditos professores e (...), suspendeu a sessão (...), essa BRUTALIDADE É O DESABAFO DO DESEPERO DO MESTRE QUE RECONHECE A PROPRIA INAPTIDÃO para reerguer o delinquente confiado aos seus cuidados. (grifos no original).

Configura-se uma atitude contraditória aos princípios que deveriam reger as conferências, visto que se suspendeu uma reunião que tinha o intuito de discutir práticas, a fim de revê-las, melhorá-las, alterá-las. Outro fato curioso é com relação à surpresa diante de uma prática que, apesar de condenada, sabia-se frequente.

Estes exemplos mostraram algumas formas de reações dos professores diante do dispositivo das conferências, dirigidas, sobretudo, ao modo de organização do evento, questionando a irregularidade da sua realização, a elaboração do programa, o tratamento dado aos professores, o processo de condução das reuniões e marcando as dificuldades enfrentadas para participação. Isto demonstra que os professores estavam pensando sua formação e desejavam pensar também as conferências.

Considerações finais

Neste primeiro momento, o esforço aqui desenvolvido é mais o de tentar demonstrar a importância da imprensa docente e dos debates num quadro de disputas que os professores se envolvem com o Estado e dentro do próprio campo docente. Para isso é importante perceber o campo em movimento, com a presença de alianças e de elementos conjunturais que, a cada momento, promovem agrupamentos e reagrupamentos de professores em torno de determinadas posições, aproximando antigos oponentes e afastando aliados, em um quadro²³ de disputas entre as concepções de docência. Estas movimentações e embates podem ser relacionadas com as transformações econômicas e culturais da época, num momento de legitimação da ordem escolar, de surtos de urbanização e de industrialização, de reformulação da estrutura produtiva baseada na escravidão, de afirmação do capitalismo, e de crise política, cuja expressão maior foi a queda do regime monárquico.

Os Jornais de professores, assim como as demais formas de organização dos professores, podem ser considerados como expressões de uma difícil tarefa: a de organizar uma classe, no meio de disputas, embates e diferentes perspectivas sobre a escola e a formação dos professores. Podem ser encarados também como um momento alto da afirmação da classe dos professores, as disputas sendo parte integrante e indissociável do extenso e intenso processo de constituição dos professores como atores corporativos. Através deles, percebe-se as demandas dos professores e identifica-se suas

²³ Operamos aqui com a idéia de quadro não como algo imóvel e acabado, mas como uma série que se refaz.

trajetórias e seus embates com o Estado Imperial, e mesmo no âmbito da própria classe dos professores públicos.

A emergência do associativismo docente, constituindo-se a partir das lutas empreendidas pelos professores, no início de forma isolada, e depois de forma conjunta, ajuda a perceber a entrada em cena de novas forças, o associativismo docente, visou a defesa econômica dos professores mediante a defesa dos seus interesses materiais, sem desconsiderar a defesa das condições de trabalho e da importância da qualidade do ensino.

Referências Bibliográficas:

BORGES, Angélica. *Ordem no ensino: a inspeção de professores primários na Capital do Império Brasileiro (1854-1865)*. Rio de Janeiro: UERJ, 2008. Dissertação de mestrado em educação.

CATANI, Denice, *Educadores à meia-luz: um estudo sobre a revista de ensino da Associação Beneficente do professorado público de São Paulo (1902-1918)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

LEMONS, D. C. A. *O Discurso da Ordem: O movimento associativista docente na Corte imperial*. Rio de Janeiro: UERJ, 2006. Dissertação de mestrado em educação.

_____; TEIXEIRA, G. B. *Adoção de livros escolares no século XIX: entre práticas e tensões* In: Seminário de Educação, 2., 2004, São Gonçalo. *Anais do II Seminário de Educação* Eduerj, 2004. p.108.

LINHARES, Hermínio de. *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil*. Rio de Janeiro: Alfa Omega.1977

MARTINEZ, Alessandra Frota. *Educar e instruir: a instrução pública na corte imperial (1870-1889)*. Niterói: UFF, 1998. Dissertação de mestrado em História.

NÓVOA, Antonio. *Inovação e história da educação. Teoria e Educação*. Porto Alegre, 6, 1992.

TEIXEIRA, Giselle Baptista. *O Grande Mestre da Escola: Os livros de leitura para a Escola Primária da Capital do Império Brasileiro*. Rio de Janeiro: UERJ/Faculdade de Educação, 2008. Dissertação de mestrado.

VILLELA, Heloísa. *Da palmatória à lanterna mágica: a Escola Normal da província do Rio de Janeiro entre o artesanato e a formação profissional – (1868-1876)*. São Paulo: FE/USP, 2002. Tese de Doutorado em educação.

Fontes manuscritas:

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro:

Série Instrução pública
Códice 11.3.34

Sub-série: Conferências Pedagógicas dos professores públicos da corte (1872-1889)
Códices 15.3.8, 15.3.9, 15.3.10, 15.3.11, 15.3.12, 15.3.13.

Fontes impressas:

Arquivo Nacional - RJ:

Coleção de Leis, Decretos, Actos e Decisões do Governo do Brasil.

Biblioteca Nacional - RJ:

BLAKE, Sacramento. *Diccionario Biographico do Brasil*. RJ: Imprensa Nacional 1889.

BRASIL, *Relatório do Ministro dos Negócios do Império*. 1845 – 1880.

Conferência Pedagógica dos Professores Públicos da Corte. Rio de Janeiro. Typographia Nacional 1871 – 1884

Manifesto dos Professores Públicos Primários da Corte. Rio de Janeiro, Typographiade J. Villeneuve e Cia, 1871.

Periódicos:

A Instrucção Pública. Publicação Hebdomadária. Rio de Janeiro: Typografia. Cinco de março, 1872-75 e 1887-88. PRSOR 3795 (1 e 2) microfilmado (BN).

A verdadeira Instrucção Pública. Rio de Janeiro, 1872. PRSOR 3707 (1) microfilmado (BN).

A Escola, Revista pedagógica mensal. Rio de Janeiro. Typographia Serafim L & F. 1877 - 1878. PRSOR 4161 microfilmado (BN).

A Gazeta da Instrucção Publica. Niterói. Typographia Amaral e Irmão. 1851. P 19 b, 04, 60 (BN).

A Revolução social. Rio de Janeiro. 1876. P 29, 02,18.

O Ensino primário: revista mensal consagrada aos interesses do ensino e redigida por professores primários. Rio de Janeiro: Typographia de Augusto dos Santos/ Typographia Camões, 1884-85.